

Sobre artigo recentemente publicado, de minha autoria, “É possível uma explicação para o surgimento da Shindo Renmei?”, recebemos da leitora Maysa Penna as considerações abaixo que passo a responder.

Sr(a) lochihiko,

Seu artigo tem a delicadeza louvável de interpretar sentimentos e emoções, conflitos e incertezas, sonhos e desilusões de imigrantes em busca de uma vida melhor. Nesse sentido, uma análise tocante, embora as características acima mencionadas possam ser encontradas em todos os grupos em migração. O que me chama a atenção, porém, não é a natureza emocional de sua análise, mas dois pontos que o(a) Sr.(a) mesmo(a) menciona e que carecem de uma perspectiva histórica em sua análise: primeiro, o fato de que aparentemente (a julgar por seu próprio artigo), os imigrantes japoneses foram mandados ao Brasil num movimento pretensamente colonizador expansionista do governo do Japão; segundo, esses imigrantes aqui instalados recusaram-se a se integrar à sociedade local, aprender seus costumes, sua cultura, suas tradições, pois estavam aqui (ainda a julgar por seu próprio artigo) de passagem. Permita-me, pois, propor dois pontos para reflexão que julgo urgente: primeiro, a imigração japonesa para o Brasil foi uma abertura do nosso país a uma comunidade estrangeira que sofria a penúria da pobreza, desemprego e fome em seu próprio país. Claro, um país de dimensões continentais e hábitos monarquistas como o Brasil carecia de mão de obra, motivo pelo qual manteve suas fronteiras abertas à imigração por tanto tempo. Trata-se, portanto, de uma perspectiva totalmente diferente da que o(a) Sr.a) apresenta. Não éramos uma terra inculta e despovoada à espera de conquistadores. Muito longe disso, o Kasato Maru aportou no que era, já à época, o maior porto comercial da América do Sul, num país de vibrante atividade econômica e social, que já havia sido capital do Império Português e que se transformara em uma república moderna e progressista, ao menos nas idéias. Segundo: os japoneses para cá emigrados, em não tendo intenção de permanecer, também não envidaram quaisquer esforços de se aculturar, ao contrário de imigrantes de outras procedências chegados antes dos japoneses, ou depois (notadamente a colônia italiana, tão perfeitamente integrada que hoje, no Estado de São Paulo, o sotaque dominante é o italiano, ainda que sejamos de origem portuguesa, espanhola, árabe ou mesmo japonesa). Antes, esses imigrantes japoneses colocaram-se resistentemente contra a cultura do país que os acolhera, menosprezando-a, diminuindo-a e até mesmo ignorando seu passado não menos cheio de tradição e glória (enquanto o Japão ainda mergulhava no feudalismo, nós, portugueses que fomos antes de nos chamarmos brasileiros, dominávamos os oceanos e tudo o que a Idade das Grandes Navegações trouxe de avanço para a humanidade) que o passado japonês, chegando ao ponto de atribuir aos brasileiros que os receberam a pecha de gaijin, suprema descortesia (arrogância?) de chamar o anfitrião de estrangeiro em sua própria casa. É claro que o período de guerra da década de 40 impôs tratamento severo aos imigrantes dos países contra os quais o

Brasil lutou; tanto mais severo, porém, quanto a resistência de aculturação da colônia em questão. Queixaram-se os imigrantes japoneses, de serem proibidos de usar seu idioma em público. Ora, mas a utilização do idioma local é o mínimo que se espera de alguém que passa a residir seja onde for, quanto mais não o será em tempos de conflito armado? Sofreram por não poder falar seu idioma? Que diriam, então, os ítalo/brasileiros que foram, vestidos com a farda da FEB, combater seus próprios parentes em terras de seus pais ou avós? Quem são eles? Ítalo-Brasileiros? Pergunte a qualquer um: eles são brasileiros. Com muito orgulho. Reflitamos pois. Trata-se de uma questão, na colônia japonesa do Brasil, ainda muito atual e que merece ponderação. Não lhe parece?

.....

Primeiramente nosso agradecimento pelo contato.

Dada a importância dos seus comentários, quisemos dar maior visibilidade, publicando-os em forma de artigo e não na seção de comentários.

Expansionismo pacífico foi termo utilizado por Akira Iriye e citado na tese de doutorado de Elisa Sasaki, “Ser ou não ser japonês”, (<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000442741>), fato inferível pela análise dos dados históricos. Discorre Elisa:

“Os japoneses consideravam o crescimento de suas comunidades no exterior como uma forma de “Expansionismo Pacífico” tomando emprestado o termo de IRIYE Akira (1972: 35-47). Para eles, o tratamento dos japoneses nas sociedades de colonização européia era uma questão de prestígio nacional e refletia a posição do Japão no mundo. No império colonial, eles viam o crescimento de uma população estável de colonos japoneses como um instrumento para a administração imperial. A emigração se tornou parte de um projeto de construção do império.” (SASAKI, pág 76-77)

Além do estímulo à emigração, embora com escassos recursos – insuficientes para sustentar a população –, internamente o Japão procurava seguir as diretrizes da aliada Alemanha, incentivando a natalidade, o que corrobora a tese acima citada. Dizia-se à época, “*umeyo fuyaseyo*” (tenham filhos, multipliquem-se). Escreve Roger Goodman:

“This topic is still particularly sensitive in Japan because of reminders of wartime slogan (*umeyo fuyaseyo*) that encouraged woman to bear children who could become soldiers on behalf of the nation. As Mackie points out, also, the state has particular problems when dealing with contradictory categories: Japan needs immigrant workers, it needs to increase its fertility rate, but is extremely worried that immigrant workers who produce babies.” (Family and social policy in Japan, pág.16)

<http://books.google.com.br/books?id=dcuYmfyMTFsC&pg=PA16&lpg=PA16&dq=umeyo+fuyaseyo&source=bl&ots=Xa9NtXM7cN&sig=YzkgT3gvNlc3Nmn4QJprOqNIkfE&hl=p>

t-

[BR&sa=X&ei=adG2T6b5F5CRgQfJ\\_aS3Cg&ved=0CGgQ6AEwCQ#v=onepage&q&f=false](BR&sa=X&ei=adG2T6b5F5CRgQfJ_aS3Cg&ved=0CGgQ6AEwCQ#v=onepage&q&f=false)

O Brasil manteve as portas abertas à imigração apenas por um motivo: interesses econômicos, ou seja, falta de mão de obra: tinha terras para colonizar e lavoura de café, carente de mão de obra. E restringiu ou fechou quando não lhe interessava mais. Não por caridade, misericórdia, amizade, ou solidariedade aos povos pobres da Europa e da Ásia. Os japoneses foram a última opção para socorrer a lavoura, após fracasso da imigração europeia. Eram imigrantes não desejados por uma série de razões que mencionei no meu artigo. O Brasil queria o imigrante europeu, pela proximidade cultural, religiosa e porque visava o branqueamento da população, justificando o caráter eugenista da política de imigração da era Vargas, que encontrou suporte (ou motivo) no cientificismo biológico, fonte de inspiração de cientistas brasileiros e que teve apoio dos políticos. Falando do cientificismo biológico, como teoria das raças que vigorava na época, escreve Maria Luiza Tucci Carneiro:

"De forma obstinada e simplória, os líderes racistas - fanáticos em potencial, adeptos da violência e da mentira - constroem um mundo fictício povoado, segundo a maioria dos exemplos do nosso passado histórico, por uma população branca, livre de qualquer elemento "infecioso", maldito.[...] Comprometidos com a doutrina que rege seus sentimentos e comportamentos, esses grupos imaginam uma sociedade purificada, livre de "demônios" cujas imagens são representadas por figuras distintas: ora o comunista, o socialista ou o anarquista, ora o negro, o japonês ou o indígena, ora o palestino ou o israelense, o cristão, o judeu ou o muçulmano."(CARNEIRO, 2006: 7-8)

Os europeus vieram com a ideia de permanecer, mas nem todos aqui conseguiram ficar; natural, pois, os que aqui desejavam permanecer, se integrar, aprender o idioma; no caso italiano, já muito próximo do nosso. Para quem quer ir embora, os objetivos, certamente seriam outros.

É fato que descendentes de imigrantes italianos lutaram na Itália como integrantes da FEB. Mas compuseram também a FEB descendentes de alemães, japoneses, espanhóis, libaneses, judeus de várias origens, além de descendentes de outras etnias de imigrantes, pois no Brasil o serviço militar é obrigatório para o brasileiro nascido aqui. ([http://www.anvfeb.com.br/Jose\\_Sad.htm](http://www.anvfeb.com.br/Jose_Sad.htm)).

<http://japonesdapatriafilho.blogspot.com.br/2007/05/nisseis-na-ii-guerra-mundial-e-no-ps.html>

É de se imaginar que o número de conscritos é proporcional ao número de descendentes; conseqüentemente, os da etnia japonesa - das três que abordamos - eram a de menor número. O relato de um brasileiro médico, filho de japoneses que esteve na guerra como tenente, virou livro:

<http://livraria.imprensaoficial.com.br/medico-brasileiro-no-front-um.html>

<http://www.webartigos.com/artigos/cicatrices-a-decada-de-1940-e-os-imigrantes-japoneses-no-brasil/51352/>

Após o bombardeamento de navios brasileiros por alemães, houve manifestações de hostilidade nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e mais acentuadamente em Santa Catarina, onde a colônia alemã teve casas, comércios, indústrias e clubes quebrados. Mesmo diante desses fatos de ostensiva agressividade, os teuto-brasileiros, filhos e descendentes de imigrantes alemães, se apresentaram como voluntários para a guerra, tendo sido até prisioneiro em campo de concentração alemão, como se lê no relato postado no blog: (<http://chicomiranda.wordpress.com/2011/11/22/os-alemaes-e-o-brasil-a-imigracao-alema-parte-v/>).

Nos EUA a maior parte dos 14 mil soldados do 442º regimento, chamado Infantaria Regimental de Combate, era formada por filhos de imigrantes japoneses, na maioria voluntários, em Camp Shelby, Mississippi. Os soldados eram parte do V Exército norte-americano. ([http://en.wikipedia.org/wiki/442nd\\_Infantry\\_Regiment\\_\(United\\_States\)](http://en.wikipedia.org/wiki/442nd_Infantry_Regiment_(United_States))). No mesmo V Exército estavam os 25 mil brasileiros da FEB e entre gente de outras nacionalidades, "italianos antifascistas" compondo as forças norte-americanas. (<http://lucasrocksp.wordpress.com/2010/05/13/feb-a-participacao-do-brasil-na-2-guerra-mundial/>). Após a formação desse regimento especial, os EUA relaxaram o rigor com que vigiavam e tratavam os 120 mil imigrantes japoneses, isolados em dez núcleos residenciais pelo governo americano, chamados de "campos de relocação e internação".

([http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/um\\_museu\\_para\\_fazer\\_justica\\_ao\\_nipo-americanos.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/um_museu_para_fazer_justica_ao_nipo-americanos.html)). Voltaram da guerra como vitoriosos e o 442º Regimento foi o mais condecorado da história dos EUA como relata Luís Nassif: (<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/segunda-guerra-em-sacrificio-e-coragemNassif>) e no site (<http://sites.br.inter.net/homensdehonra2gm/?id=159>). Ainda assim, aos ex-soldados nipo-americanos foi-lhes negado trabalho em lojas locais e tiveram suas casas vandalizadas ou incendiadas. Em 2006 o episódio resultou em filme "Only the brave", lançado no Brasil como "Sacrifício e coragem". Antes, em 1951, já havia sido lançado filme sobre o mesmo tema "Go for broke" (lema do 442º regimento - disponível no site: [http://archive.org/details/go\\_for\\_broke\\_ACM](http://archive.org/details/go_for_broke_ACM)), onde muitos nisseis interpretaram a si mesmos. (<http://japonesdapatriafilho.blogspot.com.br/2007/05/nisseis-na-ii-guerra-mundial-e-no-ps.html>). O congresso norte-americano reconheceu o erro da confinção forçada e indenizou cada nipo-americano ainda vivo com 20 mil dólares em 1988 acompanhado de um pedido de desculpas.

(<http://direitoconstitucionalamericano.org/2010/05/11/korematsu-vs-united-states-323-u-s-214-1944/>). Fato que não ocorreu no Brasil: nem a formação de regimentos de

voluntários de filhos de imigrantes, como ocorreu nos EUA, nem o isolamento em núcleos especiais de vigilância na proporção que ocorreu nos EUA (ocorreu em muito menor proporção na Amazônia - vide site abaixo), nem qualquer tipo de indenização a qualquer imigrante por ter sido confinado em campos de concentração, até onde alcança meu conhecimento. O estado do Amazonas recentemente reconheceu o erro e formalizou pedido de desculpas. (<http://g1.globo.com/amazonas/noticia/2011/10/japoneses-recebem-pedido-de-desculpa-e-homenagens-no-am.html>).

Voltaire dizia que a diferença entre um assassino e um herói de guerra é a quantidade de pessoas que ele mata. E acrescentava: patriota é aquele que ama apenas o seu país com desprezo de todos os outros. É o que deve ter acontecido na Itália, na Alemanha e no Japão. Mas há pessoas que escolhem lutar não pela nacionalidade, mas pela humanidade, entendida como a defesa dos valores que permeiam todos os humanos: justiça, igualdade, solidariedade, que independe do país de nascimento – valores adotados pelo homem acima da circunstância da nacionalidade. E como valores, patrimônio do ser humano, destinado à eternidade. Ou seja, é a defesa do que lhe parece justo, ainda que isso signifique enfrentar em armas gente da terra de seus pais. Brecht talvez dissesse que estes – "os que lutam toda a vida" – são os imprescindíveis. Mas há o homem superior, aquele que não se julga nem lutador, nem imprescindível; nem patriota, nem paladino da justiça: aquele que ama a vida sobre todas as coisas, circunstâncias e povos. Porque, ainda que lhe pareça injusto o agressor, seu povo é apenas povo, gente que como todo ser humano, detesta a guerra e deseja apenas viver. É o homem de atitude que "ultrapassa a oposição ao imperialismo para chegar a uma oposição a qualquer forma de sacrifício, com base não em princípios morais ou políticos mas numa espécie de recusa mais profunda que se apegue à vida a todo custo [...] [é aquele] incapaz de imaginar alguma forma de lealdade que pudesse justificar o sacrifício da vida", ensina Christopher Lasch tomando como exemplo o filme "Amargo Regresso" sobre a guerra do Vietnã (LASCH, 1984:66).

Em 1908 quando aqui chegaram os primeiros imigrantes japoneses, Santos era e ainda é o maior porto da América Latina. Indica muita movimentação de mercadoria, grande capacidade de exportação/importação. Um século antes, Luanda era no final do século XVIII e princípios do XIX o maior porto exportador de escravos, quase a metade destinada ao Brasil. Não sei se os angolanos têm algum orgulho desse registro de sua capital; também não sei se os brancos traficantes se orgulharam por levar alguma "pujança econômica" àquele país. O que sabemos é que nações inteiras foram desenraizadas e famílias separadas. Lembremos que na vinda dos imigrantes europeus, o Brasil era governado pela aristocracia rural, escravocrata. Eis o que se lê no livro "História do Brasil" de Eduardo Bueno:

"O local funcionava como antes funcionara, no Rio de Janeiro, o mercado do Valongo [mercado de escravos recém-chegados da África]: os fazendeiros

“examinavam” os imigrantes; e os escolhidos discutiam as condições sob as quais seriam contratados – trato quase nunca respeitado pelo empregador.[.....] Além disso, alojados em terras distantes, todos os imigrantes tinham que comprar seus víveres na venda do dono da fazenda, a preços extorsivos. Acabavam devendo mais do que recebiam. Certos fazendeiros os chamavam de “escravos brancos” – e eram. Apesar de o trabalho ser assalariado, a mentalidade patriarcal dos donos das terras continuava escravocrata. [...] Não é de surpreender que 40% tenham retornado ao seu país de origem. Itália, Prússia e Espanha chegaram a cancelar seus acordos com o Brasil – especialmente porque aos imigrantes era virtualmente vetada a possibilidade de permanecer nas cidades: as articulações políticas dos fazendeiros os forçavam a ir para as lavouras.” (BUENO, 1997:178)

Mas os fazendeiros acharam mecanismo compensatório para o prejuízo causado pela volta dos imigrantes europeus. Os japoneses eram considerados “mais fracos do que fortes” e por isso, “capazes de produzir apenas dois terços do trabalho feito por um imigrante branco – sendo seus salários pagos nessa proporção.” (idem, p. 180) Os chineses também emigraram para o Brasil. Mas não tiveram a mesma sorte. Ainda segundo Eduardo Bueno:

“o caso dos chineses talvez tenha sido muito grave: trazidos ao Brasil em 1812 por d. João 6º para plantar chá, alguns deles teriam sido soltos nas matas do Rio de Janeiro para ser perseguidos, por “esporte”, por caçadores de homens – entre os quais o príncipe d. Miguel. O episódio nunca foi esclarecido.” (ibidem) (terceiro filho de D. João VI) - <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/miguel.html>).

Pela dificuldade de obtenção de mão de obra escrava, pioneiramente o senador Nicolau Vergueiro, em 1847 “importou” da Prússia 3000 imigrantes para sua fazenda Ibicaba em Limeira, São Paulo. Em 1856 os imigrantes se rebelaram pelo regime de semi-escravidão a que eram submetidos pelo senador abolicionista, acabando o episódio na proibição pela Prússia em 1859, de emigração para o Brasil (idem, p. 178). Não deve ter sido a regra geral, mas o episódio, somado ao descontentamento dos imigrantes, como relatado, é inegável que é significativa amostragem das relações de trabalho existentes na época. Ou seja, o senador saiu da escravidão, mas a escravidão não saiu do senador.

É possível que tenha havido discriminação quando os japoneses chamavam os brasileiros de gaijin (estrangeiros, gente de fora) quando eles próprios eram os estrangeiros. Gaijin escreve-se com dois ideogramas: gai-jin “fora” e “gente”. Gente de fora, que não pertence ao meio, não necessariamente estrangeiro no sentido de outra nacionalidade. Para significar estrangeiro, de outro país, existe termo mais apropriado: gaikokujin; gai, fora; koku, país; jin, gente. (YAMADA, Toshio et alii: p.235). Para os imigrantes, os brasileiros eram gente de fora, que não pertenciam ao seu meio. Mas é inafastável a ideia de um certo desprezo no uso do termo pelos japoneses quando se viam diante do desrespeito e maus tratos a que eram submetidos por

capatazes rudes, semi-alfabetizados e armados – como no tempo dos escravos – cuja única preocupação era a produção. A produção, de fato, era o que ocupava a mente dos políticos brasileiros. Discursava o deputado Prudente de Moraes (depois presidente da República):

“Em São Paulo a questão principal não é a da liberdade do escravo. A questão séria é a da substituição do trabalho. E desde que o governo cure seriamente de empregar meios que facilitem a aquisição de braços livres, os paulistas estarão satisfeitos e podem abrir mão dos escravos, mesmo sem indenização, porque a verdadeira indenização está na facilidade de obter trabalhadores livres”. (BUENO, 1997:178).

Os italianos como afirmei no meu texto, pela proximidade do idioma, costumes e cultura, não tiveram grandes dificuldades na integração com o brasileiro urbano, dando a bairros paulistanos, sotaque italianado como o Bexiga e a Mooca. No interior de Santa Catarina ainda encontramos, quase 200 anos depois, descendentes de alemães com forte sotaque alemão. A língua japonesa não tem raízes latinas, não tem escrita alfabética, nem se aproxima do inglês como o alemão. Se os japoneses (que queriam voltar para o Japão) não se aculturaram (nenhum povo imigrante o faz; antes, levam sua cultura que acaba se somando à da nova terra), e praticaram a “suprema descortesia (arrogância)” ao chamar os brasileiros de gaijin, que diremos do Brasil, rural, movido a mão de obra de trabalhadores braçais, além do tratamento dispensado aos imigrantes:

1. Cujos jesuítas, preocupados com a morte de indígenas que não se acostumavam à escravidão, foram os primeiros a incentivar o tráfico de negros para o Brasil que eram contados como “peças” pelo caráter patrimonial (BUENO, 1997:75); considerados apenas “coisas”, instrumentos de trabalho com vida; (FERNANDES, Florestan, 2005-2006:174); mais tarde, eles próprios, os jesuítas, foram proprietários de escravos.
2. De fazendeiros que punham escravos para açoitar escravos, deixando-os moribundos, abandonados até a morte, ou que lhes praticavam punições menores, como quebrar todos os dentes a marteladas ou arrancar-lhes os olhos; que burlaram leis do escravismo, mudando data de nascimento de crianças para mantê-las escravas, que obtiveram indenização do estado com a Lei do Sexagenário, o que lhes permitiu que se livrassem de velhos “imprestáveis” (BUENO, 1997:151).
3. Que, junto com Argentina e Uruguai, dizimou o Paraguai, “causando a morte de 75% da população (600 mil pessoas; 99% da população masculina com mais de 20 anos, sobrevivendo a população formada, predominantemente, por velhos, crianças e mulheres” (VICENTINO et alii, 2002:403). Ainda que se debite a ação paraguaia à ousadia, (coragem?), (loucura?) de Solano Lopez, nada, nem

mesmo a causa mais justa, justifica matar 3/4 da população de um país. A guerra terminou há 140 anos deixando profundas cicatrizes e retrocedendo o desenvolvimento daquele povo antes da estaca zero. O Paraguai nunca mais se recuperou dessa atrocidade. Guerra foi começada pelo Brasil invadindo o Uruguai, onde perdeu 40 mil soldados - a maioria negros (ibidem) a quem foi prometida a alforria -, que não sabemos se foi cumprida ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_do\\_Paraguai](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Paraguai)). O fato é que a guerra tem quatro versões: uma de cada país participante e nenhum se confessa culpado nem teve participação “inglória” ou “fracassada”.

4. Que assina uma lei chamada áurea, que de dourada não tem nada. Não foi nenhum gesto de magnanimidade como sugerem o título da própria lei e o título de “Redentora dos Escravos” dado à princesa que a assinou. A lei caiu de madura. Basta ver os antecedentes históricos: a princesa estava pressionada por movimentos abolicionistas, pela Inglaterra, pelas inúmeras insurreições de escravos. Militantes do movimento negro negam o 13 de maio como o dia da libertação dos escravos. O Brasil foi o último país independente a abolir a escravidão, movimento social sem precedentes, que mesmo assim, levou 80 anos (BUENO, 1997:145).

Bastava ao escravo então a liberdade, o que mais queria. Contrariando esse pensamento corrente da elite rural e política, algumas vozes isoladas mostraram preocupação com o destino dos ex-escravos:

“...homens como Nabuco, Patrocínio, Rebouças, Gama, Antonio Bento e Rui Barbosa – apesar de suas divergências ideológicas – acreditavam que a abolição era a medida mais urgente de um programa que só se cumpriria com a reforma agrária, a “democracia rural” ( a expressão é de Rebouças) e a entrada dos trabalhadores num sistema de oportunidade plena e concorrência. Para eles, como expôs Alfredo Bosi, “o desafio social e ético que a sociedade brasileira teria de enfrentar era o de redimir um passado de abjeção, fazer justiça aos negros, dar-lhes liberdade a curto prazo e integrá-los numa democracia moderna”.(idem, p. 152)

Mas, como sabemos, ninguém deu ouvidos a esses abolicionistas. Infelizmente fracassaram:

“...os negros libertos – quase 800 mil – foram jogados na mais terrível miséria. [...] o Brasil republicano negou-lhes a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, de escolas, de assistência social, de hospitais.[...] Grande parte dos libertos, depois de perambular por estradas e baldios, dirigiu-se às grandes cidades: Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Lá, ergueram os chamados bairros africanos, origem das favelas modernas”. (ibidem)

Como vemos, o Brasil não foi propriamente honesto e leal, pelo menos a princípio, com os imigrantes. No entanto, isso é nada comparado ao tratamento dispensado aos



escravos e seus descendentes que fizeram a riqueza do Brasil rural, contribuindo como consequência até para a grandeza do porto de Santos. E ganharam a "liberdade" sem qualquer indenização, sem qualquer política de inclusão na economia e na política do país. Ainda que lenta e tardiamente, o país começa a voltar os olhos para essa injustiça, efetivando políticas de equiparação social.

É indubitável que as ações de conquista de territórios do Japão na primeira metade do século XX, sob protesto de outros países, contribuiu para acirrar os ânimos sobre os japoneses imigrados para terras dos países, agora inimigos. E o Japão foi especialmente violento e impositivo ao matar milhões de nativos dos países invadidos e impor o aprendizado de sua língua e de sua cultura. Os números produzidos pela atrocidade dos soldados japoneses são assustadores: no massacre de Nankin, dizimaram entre 200 e 500 mil chineses entre dezembro de 1937 e fevereiro de 1938, ou seja, produziram apenas nesse ataque mais vítimas do que as duas bombas atômicas juntas. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre\\_de\\_Nankim](http://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Nankim)).

Durante a guerra mataram entre 2,7 milhões a dez milhões de chineses, coreanos, filipinos, malaios, taiwaneses e cambojanos, havendo quem defenda terem sido mais elevado o número de mortos. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimes\\_de\\_guerra\\_do\\_Jap%C3%A3o\\_Imperial](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimes_de_guerra_do_Jap%C3%A3o_Imperial))

Mulheres de países ocupados, inclusive do próprio Japão, foram levadas para campos de batalha para servirem de "comfort women" (ianfu), eufemismo para escravas sexuais, episódio que o Japão tentou encerrar com pedido de desculpas, mas considerados insuficientes pelos países envolvidos. O médico japonês Kentaro Igusa, encarregado de dar assistência médica às comfort women, testemunhou casos de mulheres doentes que choravam e imploravam por ajuda. ([http://en.wikipedia.org/wiki/Comfort\\_women](http://en.wikipedia.org/wiki/Comfort_women))

As relações entre o Japão e esses países, principalmente China e Coreia, não é amistosa; fazem negócios e em seu nome, se aproximam. Mas é recorrente o protesto de chineses e coreanos quando um premiê japonês visita seu país ou quando este visita o Santuário Yasukuni no Japão – onde estão enterrados os mortos da II Guerra, inclusive os militares condenados à morte por crimes cometidos na II Guerra. Aí são venerados também soldados coreanos e taiwaneses que lutaram pelo Japão ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Santu%C3%A1rio\\_Yasukuni](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santu%C3%A1rio_Yasukuni)). Em 2007, onze sul coreanos requereram na justiça de Tóquio a retirada do nome de seus soldados desse santuário.

Embora reconhecendo excessos, o Japão jamais apresentou pedido formal de desculpas aos povos, vítimas da ação de seus soldados. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimes\\_de\\_guerra\\_do\\_Jap%C3%A3o\\_Imperial](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crimes_de_guerra_do_Jap%C3%A3o_Imperial)). Durante a guerra, violou vários tratados internacionais. Não é nosso objetivo julgar condutas

nem identificar culpados, nem aqui, nem alhures, apenas entender, como sugeria Espinosa.<sup>1</sup> Ou como Hegel, compreender a verdade contida no que "é imutável, eterno, em si e por si..." (HEGEL, 1996:387).

Penoso, decepcionante, mas são apenas ações humanas, produtos desse ser inacabado, imperfeito, "tolos, violentos e cruéis" quando estão em grupo e covardes e egoístas quando estão sozinhos, como afirmava Aristóteles, sobre o homem. Reconstituir o orgulho coletivo, especialmente se estiver ferido (caso do Japão e da Alemanha), sublimando os sentimentos do povo, dando-lhes o ponto sob o qual une-se toda a nação - o pai primevo, protetor, forte, orgulhoso, de Freud - assumiu a primazia nos desejos das nações, empanando a visão crítica. Deixou cicatrizes indeléveis pelos excessos cometidos, irreparáveis, indesculpáveis sob o ponto de vista humano e social. Cegos e inebriados pela liderança de comandantes megalomaniacos, mitômanos, se deixaram embalar pelo conforto das conquistas. Despertados da ilusão, os feitos, que antes lhes pareceram heróicos e honrosos, se esboroaram diante da realidade. Foram vítimas do que Hegel chamava de *Zeitgeist*, Espírito da Era:

"a história só é feita nos períodos em que as contradições da realidade estão sendo resolvidas pelo crescimento, assim como as hesitações e a falta de jeito da juventude se transformam na facilidade e na ordem da maturidade. A história é um movimento dialético, quase uma série de revoluções, no qual povo após povo, gênio após gênio se tornam o instrumento do Absoluto. Os grandes homens não são tanto geradores, como parteiras, do futuro; o que eles produzem é gerado pelo *Zeitgeist*, o Espírito da Era. O gênio se limita a colocar outra pedra na pilha, como outros fizeram; "de algum modo, a sua pedra tem a felicidade de ser a última, e quando ele coloca sua pedra, o arco aparece auto-sustentado" (DURANT, 1996:281)

O "arco auto-sustentado", no egoísmo humano de povo humilhado ou orgulhoso, pareceu-lhe a conquista de novas terras, riquezas, poder, a humilhação de povos inimigos pela força das armas, com o temerário abandono do diálogo e do entendimento.

A cada tempo o seu homem. E a cada homem o seu tempo: das ideologias, das contingências, das circunstâncias: o *zeitgeist* hegeliano. Diante das severas críticas que fazia sua mulher aos generais, pelas derrotas na Guerra de Secessão, Abraham Lincoln interveio: "mulher, não os critiqueis. Todo homem é fruto da hereditariedade, da educação e do meio. Se tivéssemos vivido suas circunstâncias, teríamos feito a mesma

---

<sup>1</sup> Non ridere, non lugere, neque detestari, sed intelligere (não rir, não lamentar, não odiar, mas compreender)

coisa".<sup>2</sup> Sábia e bem-humoradamente resumia o brilhante humorista Millor Fernandes, recentemente falecido: "o homem é um produto do meio; o meio um produto do homem; e o produto, o homem do meio".<sup>3</sup>

Como disse Hegel, nos embates das contradições expostas diante da realidade, estamos crescendo, fazendo história. Se não temos a capacidade de ser geradores, sejamos então, parteiras, como ele sugeriu, do futuro. Ao desnudar partes da nossa realidade histórica e expô-las à crítica e ao debate, levo, ainda no vocabulário de Hegel, mais uma pedra para a construção do todo, que nunca será revelado por completo. Mas que deve sim, procurar trazer à luz os fatos, que cada qual julgará segundo sua formação e seu meio, o que em si, não é nem um pouco importante para a construção do futuro. O juízo de valor deve apenas ser o resultado da nossa leitura das lições do passado, mas o importante é servir de sólida base para a construção do hoje - que já é o futuro de ontem, quando ocorreram os fatos. E que não apenas como o fazemos agora, mas construir nosso presente trazendo discussões como essa para as escolas, universidades e onde quer que se forme mais do que opiniões, gente. Como diz Lilia Moritz Schwarcz, "o bom diálogo é aquele que não se encerra, [...] aquele que continua gerando reflexão". E citando Deleuze conclui: "nada como ficar com algumas dúvidas no lugar de um punhado de certezas". (SCHWARCZ, 2005-2006, p.9).

## BIBLIOGRAFIA

BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Revista Usp nº 69*. São Paulo: Coor Com social, 2006.

DURANT, Will. *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

FERNANDES, Florestan Fernandes et alii, *Revista Usp nº 68*. São Paulo: Coord Com Social, 2005-2006.

HEGEL, Georg Wilhelm F. Hegel. *Coleção os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LASCH, Christopher. *O mínimo eu*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Revista Usp nº 68*. São Paulo: Coord Com Social, 2005-2006.

VICENTINO, Claudio. *História para o ensino médio*. Scipione, São Paulo, 2002.

YAMADA, Toshio et alii. *Shinshou Gendai kokugo jiten* (Dicionário japonês moderno), 2ª edição. Tokyo: ed Shinshousha.

---

<sup>2</sup> Citado de memória lido em "Lincoln, esse desconhecido" ou "Como fazer amigos e influenciar pessoas", ambos de Dale Carnegie.

<sup>3</sup> Lido na embalagem de uma goma de mascar

